

PREGÃO ELETRÔNICO

| 90008/2026 |

CONTRATANTE (UASG)

| 380125 |

OBJETO

Aquisição de materiais de consumo e construção para manutenção e para a automação, destinados ao Complexo Penal de Marília.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 227.516,13 (Duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e dezesseis reais e treze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **18/05/2026** às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	13
11. DOS RECURSOS	13
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	13
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17

COMPLEXO PENAL DE MARÍLIA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026-CPMARÍLIA**

(Processo Administrativo nº 006.00184522/2026-33)

Torna-se público que o(a) Estado de São Paulo, Polícia Penal do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado, por meio do(a) **Complexo Penal de Marília**, sediada na **Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, km 465, Bairro Jardim Parque Serra Dourada, Marília/SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de materiais de consumo e construção para manutenção e para a automação, destinados ao Complexo Penal de Marília**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Não se aplicam nesta licitação as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme definido nas subdivisões subsequentes.

3.5 Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos subitens 3.5.2 e 3.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.1. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10 Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresas, sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do [§ 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio dos lances.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da [Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior, conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,02 (cinco) centavos;

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de *2 (duas) horas*, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta. |

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta. |

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser |

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. |

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. |

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes

certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.]

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.]

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 [A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.]

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. [A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.]

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. [o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.]

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos, fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser solicitados formalmente no endereço eletrônico pmar_financas@hotmail.com e financas@pmarilia.sap.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico **pmar_financas@hotmail.com ou financas@pmarilia.sap.sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas <https://www.comprasnet.gov.br/>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo

previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e poderão ser solicitadas no endereço eletrônico financas@pmarilia.sap.gov.br

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;


14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;*

14.15.3. *ANEXO III – Resolução SAP 49/2024;*

14.15.4. *ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

14.15.5. *ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões).*

Marília, na data da assinatura digital

Documento assinado digitalmente
 **DUMAS DE OLIVEIRA JÚNIOR**
 Data: 04/05/2026 16:17:52-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DUMAS DE OLIVEIRA JÚNIOR
 Chefe de Departamento de Estabelecimento Penal

ESP-PENIT. DE MARILIA

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	380125-ESP-PENIT. DE MARILIA	ITAMAR FLAVIO ALVES DE ALMEIDA	30/04/2026 15:04 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00184522/2026-33

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo e construção para manutenção a para automação, destinados ao Complexo Penal de Marília, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Forn	Descrição	Quant.	BEC	Compras	valor	TOTAL
01	Barra 12 metros	Aco para Armadura de Concreto Armado; Em Barra; Categoria Ca 50; Medindo 10 Mm; Nervurado; Barra de 12 m de Comprimento; Conforme Nbr 7480 e Com Certificacao Compulsoria Inmetro;	85	3298728	372603	R\$ 52,90	R\$ 4.496,50
02	Barra 12 metros	Aco para Armadura de Concreto Armado; Em Barras; Categoria Ca 50; Medindo 6,3 Mm; Nervurado; Conforme Nbr 7480, Compulsoriamente Certificado Por Laboratorio Acreditado Pelo Inmetro	25	2334402	236983	R\$ 24,15	R\$ 603,75
03	Litro	Aditivo para Argamassa; a Base de Resinas Naturais; Tipo Plastificante; para Argamassa de Cimento e Areia; Utilizada Em Assentamento e Revestimento de Alvenaria; para Aumento Da Aderencia, Coesao e Impermeabilidade, Controle Da Exsudacao e Fissuracao;	10	2441870	428225	R\$ 21,00	R\$ 210,00
04	Lata 5 L	Aguarras; a Base de Solventes Alifaticos e Aromaticos, Querosene; para Diluicao de Esmaltes Sinteticos e Vernizes; Densidade 0,75-0,80 G/cm3, Voc 773-777 G/l; Acondicionada Em Embalagem Que Assegure a Qualidade do Produto; Validade Minima 36 Meses; Conforme Conforme Norma de Classificacao Nbr 11.702 Tipo 4.7.7;	100	5475708	429924	R\$ 64,29	R\$ 6.429,00
05	Quilograma	Arame; Recozado, Torcido; Numero 18, Resistencia a Tracao 40 Kg/mm2; Com	30	5819873	452807	R\$ 15,00	R\$ 450,00

		Diametro de 1,25 Mm; Conforme Nbr 5589, Com Identificacao do Produto e Fornecedor, Fornecido Em Rolo;					
06	M³	Areia; Fina; Com Limite de Porcentagem de Mat. Nocivo Igual a 1,5%; C/limite de Porcentagem de Mat. Carbonosos Igual a 1%; C/limite de % de Mat. Pulverulentos Igual a 5%; a Areia Sera Fornecida C/nome do Produtor,vol.ap., Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio, Proveniente de Agua Doce;	15	314137	280968	R\$ 194,00	R\$ 2.910,00
07	M³	Areia Grossa; Composto de Areia Natural; 1,2mm(30 a 70%), 0,15mm(90 a 100%);,; Com Módulo de Finura 1,99; Com Limite de % de Torrões de Argila 1,5%; Com Limite de Material Carbonático 0,5% (concreto Apar.) e 1% (demais Concretos); Com Limite de Material Pulverulento Superficial de 3% e Demais Concretos de 5%; de Graos Minerais,duros,compactos, limpos e Duraveis; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio; Conforme Nbr 7211, 7217, 7218, 7219, 7389;;	15	158992	216955	R\$ 200,00	R\$ 3.000,00
08	Barra 12 metros	Aco para Armadura de Concreto Armado; Em Barra; Categoria Ca-50; Medindo 3/16" de Diametro; Dobrada; Conforme Nbr 7480;	45	5819814	236981	R\$ 18,79	R\$ 845,55
09	Par	Bota de Segurança; Com Cabedal Em Vaqueta Convencional; Tamanho 44; Cor Preta; Modelo Unissex; Sem Fechamento Mas Com Elastico Nas Laterais; Cano Curto; Solado Em Poliuretano Bidensidade; Solado Injetado Direto No Cabedal; Palmilha de Montagem Em Poliester Resinado; Palmilha Higienica Em Eva Antifunco e Antimicrobiana; Biqueira Em Plastica; Alma Da Bota Em Fibra Plastica; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345 e Certificado de Aprovacao do Ministerio do Trabalho;	20	4868846	373623	R\$ 76,00	R\$ 1.520,00
10	Par	Bota de Segurança; Com Cabedal Em Vaqueta Convencional; Tamanho 43; Cor Preta; Modelo Unissex; Sem Fechamento Mas Com Elastico Nas Laterais; Cano Curto; Solado Em Poliuretano Bidensidade; Solado Injetado Direto No Cabedal; Palmilha de Montagem Em Poliester Resinado; Palmilha Higienica Em Eva Antifunco e Antimicrobiana; Biqueira Em Plastica; Alma Da Bota Em Fibra Plastica; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345 e Certificado de Aprovacao do Ministerio do Trabalho;	20	4868838	373624	R\$ 56,90	R\$ 1.138,00
11	Unid.	Bloco Vazado de Concreto; Tipo Simples; Medindo (14x19x39)cm; Classe c (com Funcao Estrutural); para Uso Em Elementos de Alvenaria Acima do Nivel do Solo; Resistência a Compressao Minima de 3,0 mpa; Conforme Norma Nbr/abnt 6136;	3000	5323134	478212	R\$ 4,10	R\$ 12.300,00
12	Unid.	Broca para Concreto; Tipo Encaixe Sds , corpo Em Aco Especial,ponta Em Metal Duro; de 12mm;	20	6341403	353425	R\$ 14,59	R\$ 291,80
		Cinturao de Seguranca; Confeccionado Em					

13	Unid.	Políester e Plástico; do Tipo Paraquedista, Multifuncional; Segurança de Usuário Em Trabalhos Sujeitos a Quedas Com Diferença de Nível; Com Suspensórios Em Cadorco de Material Sintético, Não Inflamável, Largura 45mm, Espessura 2mm; Almofadado Na Cintura e Nas Pernas Com Espuma Sintética e Revestido Por Tecido Sintético; Tamanho 1, (ajuste Cintura Entre 900mm e 1300mm, Ajuste Pernas Entre 500mm e 700mm); Com Certificação Ministério do Trabalho e Emprego; Deverá Atender Plenamente a Norma Abnt / Nbr 15836;	8	6494781	430352	R\$ 194,98	R\$ 1.559,84
14	Unid.	Cotovelo para Tubulação; Confeccionado Em Pvc Rígido; Na Cor Marrom; Diâmetro Nominal de 25mm, Ângulo de 90 Graus; Conexão Soldável; Conforme Norma Nbr 5648;	200	5072948	346656	R\$ 1,00	R\$ 200,00
15	Unid.	Cotovelo para Tubulação; Confeccionado Em Pvc Rígido; Na Cor Marrom; Diâmetro Nominal de 25mm, Ângulo de 45 Graus; Conexão Soldável; Conforme Norma Nbr 5648;	100	5072956	242984	R\$ 1,08	R\$ 108,00
16	Unid.	Cotovelo para Tubulação; de Pvc Rígido para Esgoto Predial; Na Cor Branca; Diâmetro Nominal de 100mm, Ângulo de 45 Graus; Soldável; Fabricação Conforme Nbr 5688;	50	5689570	389130	R\$ 7,96	R\$ 398,00
17	Unid.	Cotovelo para Tubulação; de Pvc Rígido para Esgoto Predial; Na Cor Branca; Diâmetro Nominal de 100mm, Ângulo de 90 Graus; Soldável; Fabricação Conforme Nbr 5688;	100	5689554	251565	R\$ 6,70	R\$ 670,00
18	Unid.	Disco de Corte; de Carbetto de Silício; Diâmetro 9" (230 Mm); Furo Central 7/8" (22 Mm); Espessura 5/64 (1,9 Mm); Rpm 6600; Com 2 Telas de Fibras de Vidro; Utilizada para Corte de Metais Ferrosos e Aço Inox; Conforme Abnt-nbr 15230 e En 12413;	300	4448944	440590	R\$ 19,00	R\$ 5.700,00
19	Unid.	Rebolo; Tipo 27, Disco de Desbaste; Medindo 7" x 1/4" x 7/8"; Grao Abrasivo Óxido de Alumínio; Conforme Nbr 15230; para Desbaste de Metais Ferrosos; Com Validade de 1 Ano a Partir do Recebimento;	50	2641895	625254	R\$ 9,95	R\$ 497,50
20	Unid.	Disco para Lixadeira; Disco Flap Óxido de Alumínio P/aco Inox, aço Carbono e Alumínio, C/suporte Em Fiberglass; Medindo 7" (178 Mm) e Furo de 7/8" (22,23 Mm); Disco Plano (type 27 Flat); para Lixadeira Modeloangular , Disflex-1.159;	50	6472664	479438	R\$ 13,88	R\$ 694,00
21	Quilograma	Eletrodo de Solda; Composto de Carbono, Silício e Manganês; Com Bitola de 3,25mm; Tipo Vareta, E-6013; para Soldagem e Pontejamento;	40	1755609	377784	R\$ 18,64	R\$ 745,60
22	Unid.	Fita Adesiva de Papelaria; Papel Rugoso, Crepe; Medindo (48 Mm x 50 M); Na Cor Branca; Resistente;	100	4421140	626828	R\$ 9,54	R\$ 954,00
23	Lata 18 L	Fundo Isolante para Pintura; a Base de Cromato de Zinco; para Ser Utilizado Em Materiais Ferrosos; Na Cor Cinza;	5	4937520	223465	R\$ 242,20	R\$ 1.211,00

24	Unid.	Lixa para Construção Civil; de Ferro, Óxido de Alumínio; para Desbaste e Acabamento; Grao 150; Em Folhas; Medindo 225x275 Mm=(axl); para Preparação para Pintura;	300	5708834	385147	R\$ 1,74	R\$ 522,00
25	Par	Luva de Segurança; Em Couro (raspa); No Tamanho Médio; Na Cor Cinza; para Proteção de Usuário de Solda; Cano Longo; Com Punho do Mesmo Material Da Luva; Dorso Normal; Palma Lisa; Sem Forro; e Suas Condições Deverão Atender a Norma Nbr 13712/1996; Devera Ter Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego;	200	1690566	322141	R\$ 11,40	R\$ 2.280,00
26	Par	Luva de Segurança; Em Vaqueta (modelo Petroleira); No Tamanho Único; Na Cor Cinza; para Proteção de Usuário de Serviços Gerais; Cano Curto; Com Punho de Elástico; Dorso Normal; Palma Reforcada; Sem Forro; Com Tira de Reforço Entre o Polegar e o Indicador; Acabamento Com Costuras Reforcadas; e Suas Condições Deverão Atender a Norma Nbr 13712/96; Devera Ter Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego;	150	3257207	468662	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
27	Unid.	Lampada Tubular Leds; Bulbo T8; Base G13; 1200mm de Comprimento; Potência de 18 a 20w; Bivolt; Led Tipo Smd; Fluxo Luminoso Mínimo de 1850lm; Temperatura de Cor 6000 a 6500k; Ângulo de Feixe Da Luz de No Mínimo 120 Graus; Fator de Potência Maior Igual 0,92; Irc Mínimo de 80; Vida Útil Mínima de 25000 Horas; Alimentação Unilateral; Com Certificação Compulsória Inmetro;	75	5374413	468628	R\$ 7,48	R\$ 561,00
28	Unid.	Máscara de Proteção para Solda; Com Escurecimento Automático; Aprovado Conforme Ansi Z-87,1, Registro Ca-mte; Lente Protetora Acrílica Resistente a Impactos e Removível para Limpeza; Com 4 Lentes Sobressalentes; Cassete Plástico de Alta Resistência a Prova de Fogo; Carneira Regulável Horizontal e Vertical; Escurecimento No Estado Aberto Din 4; Escurecimento Fechado Din 9 a Din 13; Ajuste do Escurecimento Através de Potenciômetro Externo; Ajuste de Sensibilidade Potenciômetro Interno; Ajuste do Retardo Através de Potenciômetro Interno; Tempo Clareamento 0,1 S; Proteção Ultravioleta Infravermelho; Alimentação Através de Célula Solar; Bateria Selada; Garantia Mínima de 6 Meses;	20	3763226	613684	R\$ 109,30	R\$ 2.186,00
29	Lata 18 L	Massas e Complementos para Pintura de Edificação; Massa Acrílica Na Cor Branca; Tipo Resina Acrílica; Base de Dispersão Aquosa de Copolímero Estireno-acrílico, Cargas Minerais Inertes, Glicóis; Indicada para Uniformizar, Nivelar e Corrigir Imperfeições Em Superfícies de Alvenaria Em Geral; Classificação Tipo 4.7.1; Conforme Nbr 11702; Validade Mínima de 12 Meses a Partir Da Data de Entrega;	10	6033946	632916	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
		Oculos de Proteção; Destinado para Detinado para Serralheiro; Composto de					

30	Unid.	Visor Em Peca Unica,modelo Ampla Visao; Com Armacao Em Policarbonato Incolor, lentes Em Policarbonato Incolor,com Sistema de Ventilacao Atraves de Valvulas; Com Protecao Lateral; Hastes Em Tirante de elastico para Ajuste a Face; Lente Devera Ser Resistente a Impactos,particulas Flutuantes e Respingos Quimicos; Resistente a Ataques Quimicos,particulas Volateis,multidirecionais; Com Capacidade de Absorver No Minimo 99.9% de Radiacao Ultravioleta Uva e Uvb; o Oculos Devera Proporcionar Visao Panoramica e Periferica; Com Lente Na Cor Incolor; Cordao de Seguranca Na Cor Preta; Embalado Individualmente Em Embalagem Adequada; Com Garantia Total de No Minimo 01 Ano; e Suas Condicoes Deverao Atender a Norma Ansi.z.87.1,csa.z.94.3;	300	1855549	634184	R\$ 15,25	R\$ 4.575,00
31	Unid.	Parafuso Com Rosca Soberba; de Tipo Auto Brocante de Aco Carbono, Acabamento Zincado Branco, Rosca Din 7970; Com Comprimento de 19mm; Cabeça Flangeada Phillips; Diametro 4,2mm;	1.000	5503701	632861	R\$ 0,35	R\$ 350,00
32	Unid.	Parafuso para Telhas; de Aco Baixo Carbono, Cementado e Temperado; Acabamento Ruspert; Auto-brocante; Cabeça Sextavada, Chave 5/16, Ponta Nº 4; Diametro de 5.5 Mm; Comprimento Util de 4" (101,60mm); Fornecido Com Arruela de Vedação Em Neoprene; para Telha Sanduiche;	800	6017398	480815	R\$ 1,12	R\$ 896,00
33	M³	Pedra Britada; Tipo Brita Nº 01, Com Espessura Entre 24mm e 19mm(3/4"); Forma Pontaguda; Granulometria Passante 100% Pela Peneira Malha 25mm (1") e Retida Na Peneira Malha 12,5 Mm (1/2"); Através do Conjunto de Peneiras Da Série Intermediária; para Utilização Na Fabricação de Concreto; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio, Conforme Normas Abnt Nbr 7211 e Nbr Nm 248;	15	4400909	216957	R\$ 179,00	R\$ 2.685,00
34	Unid.	Porta-eletrodo; Com Corpo Em Liga de Bronze - Cabo Punho Em Poliamida Com Fiberglass - Isolantes e Alavancas Em; Termofixo Fenolico (atp) - C/ Isolamento de Mola - para 800 Amp. - Nas Dimensoes do Cabo 95 Mm2 E; Comprimento de No Minimo 265 Mm - Encaixe para 16 a 25 Mm2 - Boa Condutibilidade Eletrica E; Resistencia Mecanica - Anti-chama - Com Garantia e Acondicionado de Forma Adequada;	10	2385295	610931	R\$ 73,85	R\$ 738,50
35	Cilindro 10 M³	Gas Especial; Composto Por 75% de Argonio e 25% de Dioxido de Carbono; Com Aspecto Inerte; Utilizado para Solda Mig; Com Pressao de ;Acondicionado Em Cilindro;	32	3090582	463964	R\$ 440,00	R\$ 14.080,00
36	Unid.	Rebolo; Tipo 27, Disco de Desbaste; Medindo 7" x 1/4" x 7/8"; Grao Abrasivo Oxido de Aluminio; Conforme Nbr 15230; para Desbaste de Metais Ferrosos; Com Validade de 1 Ano a Partir do Recebimento;	20	2641895	625254	R\$ 9,45	R\$ 189,00
		Rolo para Pintura; de La de Carneiro; Med.					

37	Unid.	10cm; Com Altura de 22mm; Com Cabo; Suporte de Aco Galvanizado; Cabo Revest. de Pvc;	50	5165156	288806	R\$ 7,20	R\$ 360,00
38	Unid.	Rolo para Pintura; de La Carneiro; Med. 23cm de Comprimento; Com Altura de 22mm; Com Cabo; Suporte de Aco Galvanizado; Cabo Revest. de Pvc;	150	6043259	397729	R\$ 13,91	R\$ 2.086,50
39	Unid.	Rolo para Pintura; de Espuma de Poliester; Med. 15cm; Com Altura de 42mm (diâmetro); Com Cabo e Suporte; Suporte de Aco Galvanizado, Com Cabo Anatômico; Cabo Revest. de Cabo Revestido de Pvc;	150	4884051	377301	R\$ 7,59	R\$ 1.138,50
40	Unid.	Rolo para Pintura; de Espuma de Poliéter Na Cor Branca; Med. 230 Mm (23cm) de Comprimento; Com Altura de 68 Mm; Com Suporte Com Cabo; Suporte de Aço Galvanizado; Cabo Revest. de Plástico, Rolo Indicado para Superfícies Lisas, Uso Com Tintas Látex e Acrílicas;	100	4234782	616921	R\$ 15,67	R\$ 1.567,00
41	Tubo 400 g	Selante; Pu4o Flexível; Composto de Polímero de Poliuretano, Aditivos e Cargas Minerais e Tixotrópico de Poliuretano; Na Cor Cinza Claro;	40	5889359	478792	R\$ 17,82	R\$ 712,80
42	Bobina 15 Kg	Solda; de Aco Carbono Revestida Em Cobre; Tipo Arame de 0,8mm; Apresentado Em Bobina; para Soldagem Mig/mag	30	2133946	621198	R\$ 250,50	R\$ 7.515,00
43	Unid.	Talabarte de Seguranca; Confeccionado Em Corda de Poliamida E/ou Poliester; do Tipo "y" Ou "v"; Medindo 110 Cm (com Tolerancia de +/-10%); Devera Possuir Absorvedor de Energia Integrado Comfitas Costuradas Em Zig-zag; Contendo Mosquetao Unidirecional Com Abertura Entre 5,5cm e 6,5cm; Com Trava Automatica Devendo Ser Acionada Por Umaunica Mao; Pesando No Maximo 1600 Gramas; Absorvedor de Energia Devera Ficar Protegido Por Bolsa Ou Capa Que Permite a Inspecao do Material; Devendo Atender a Norma En 354, En 355 e En 362; Com Garantia de No Minimo 12 Meses;	8	5296080	312070	R\$ 168,68	R\$ 1.349,44
44	Metro	Telha; de Aco Galvalume, Faces Externas Com 02 Telhas Com Espessura de 0,43 mm; Tipo Termoacustica Sanduiche, Superior Trapezoidal, Inferior Plano, Nucleo de Poliuretano 30mm; Medindo Largura Util de 1 Metro e Comprimento de 9 Metros; Acabamento Em Pintura Eletrostatica Na Cor Brancaem Ambas As Faces, Conforme Normas Nbr/abnt;	153	5974674	402445	R\$ 159,80	R\$ 24.449,40
45	Lata 5 L	Thinner; Tipo Solvente Volatil Incolor, Limpido, Inflamavel; Composto de Hidrocarbonetos Aromaticos, Alcoois e Cetonas; Apresentado Na Forma Líquida, Isento de Solventes Clorados e Benzeno; Densidade 0,824 a 0,845 G/cm³ a 20°C, Odor Característico, Grau de Pureza Mínima 99,5%; para Diluição de Esmaltes Sintéticos Industriais,automotivos, Primers, Primers Sintéticos, Desengraxantes; Acondicionado Em Lata, Galão Ou Tambor	130	4438914	616042	R\$ 77,84	R\$ 10.119,20
		Tinta Esmalte para Construção Civil;					

46	Galão 3,6 L	Sintetico; para Superfícies Internas e Externas; a Base de Resina Alquídica; Rendimento Mínimo de 70m2/demão, Viscosidade 74-79uK, voc 487,83g/l, peso Específico 0,910-1,110g/cm3; Na Cor Platina (pantone 427c); Acabamento Em Alto Brilho; Linha Premium; Conforme Nbr 11702/15311/15314/15315;	100	3642178	233152	R\$ 91,15	R\$ 9.115,00
47	Galão 3,6 L	Tinta Esmalte para Construção Civil; Premium; para Ambiente Externo; a Base de Solvente e Pigmentos; para Madeiras e Metais; Na Cor Preto; Fosco; Rendimento de Até 75 M2 Por Demão; Conforme Normas Nbr/abnt e Legislação Vigentes;	150	5715687	274515	R\$ 95,00	R\$ 14.250,00
48	Galão 3,6 L	Tinta Esmalte para Construção Civil; Sintético, Desempenho Premium, Diluição Em Água, Sem Cheiro; para Uso Externo e Interno; a Base de Resina Acrílica Modificada, Pigmentos, Microbicidas Não Metálicos, Outros Aditivos e Água; Rendimento Mínimo de 55m2/galão/demão, viscosidade entre 75 a 85uK; Na Cor Marfim Notação Ral 1014 (comercialmente Marfim 0668); Acabamento Brilhante, Secagem Rápida Ao Toque de No máximo 1 Hora, devendo Apresentar a Ficha Técnica; e Ficha Fispq do Produto, Com Prazo de Validade Mínimo 24 Meses a Partir do Recebimento; Conforme Norma de Classificação Abnt Nbr 11702 Tipo 4.2.1.2 Ou Superior;	150	5017793	226205	R\$ 80,75	R\$ 12.112,50
49	Lata 18 L	Tinta Latex; Premium; a Base de Resina Acrílica, Coalescentes, Pigmentos ativos, Cargas Inertes, Aditivos; Espessantes, Microbicidas Não Metálicos, Outros Aditivos e Água; a Base de Água; Rendimento Mínimo de 300 M2/demão (embalagem 18l); Voc (compostos Orgânicos Voláteis) de 6,40 G/l a 25 G/l; Isento de Metais Pesados; Acabamento Acetinado; Na Cor Marfim (notação Ral 1015); para Para Ambientes Internos e Externos; Validade Mínima de 18 Meses Após o Recebimento; Conforme Normas Nbr/abnt e Legislação Vigentes;	110	4938844	369777	R\$ 199,00	R\$ 21.890,00
50	Lata 18 L	Tinta Latex; Premium; Resina Acrílica Modificada, Pigmentos Ativos e Inertes, Coalescentes, Espessantes; Diluível Em Água; Rendimento de 380m2/demão (embalagem 18l); Voc (compostos Orgânicos Voláteis) de 11,29 G/l; Isento de Metais Pesados; Acabamento Fosco; Na Cor Branco Neve; para Ambientes Externos e Internos; Validade Mínima de 18 Meses Após o Recebimento; Conforme Normas Abnt / Nbr e Legislação Vigentes;	110	5255775	320214	R\$ 140,00	R\$ 15.400,00
51	Lata 18 L	Tinta Latex; Nível de Desempenho Premium; Composição a Base de Resina Acrílica, Pigmentos Ativos, Cargas Minerais Inertes, Glicóis; Solvente a Base de Água; Rendimento 380 M2/demão; Voc (compostos Orgânicos Voláteis) de 2,0 G/l; Isento de Metais Pesados Aditivos e Pigmentos Isentos de Metais Pesados;	110	5287626	456383	R\$ 147,05	R\$ 16.175,50

		Acabamento Fosco; Na Cor Na Cor Concreto; para Para Ambientes Internos e Externos; Validade Mínima de 24 Meses a Partir Da Entrega; Conforme Norma de Especificacao Abnt Nbr 15079 e Norma de Classificacao Abnt Nbr 11702;					
52	Lata 18 L	Tinta para Pisos e Pavimentos; a Base de Dispersão Aquosade Copolímero Estireno, glicóis, Pigmentos; Cargas Minerias Inertes, Isenta de Metais Pesados, Rendimento de 350 M²/demão, Viscosidade 90 a 95ku; Acabamento Fosco, Antiderrapante, Resistente à Abrasão e Intempéries; para Para Pisos Cimentados, Pisos de Concreto, Repintura de Pisos; Indicada para Aplicação Em Area Externa e Interna; Na Cor Preta; Com Tempo de Secagem Ao Toque de 2h, Secagem Total 12h, Tráfego de Pessoas 48h, Tráfego de Veículos 72h; Validade Mínima de 24 Meses; Conforme Norma de Classificação Abnt Nbr 11702 Tipo 4.5.6;	10	6135870	457040	R\$ 151,00	R\$ 1.510,00
53	Unid.	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 1 Pol; Cerda Na Cor Branca; Cabo de Plastico Amarelo; para Aplicar Verniz e Stain;	150	6391214	250992	R\$ 2,37	R\$ 355,50
54	Unid.	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 2 Pol; Cerda Na Cor Branca; Cabo de Plastico Amarelo; para Aplicar Verniz e Stain;	150	6391265	467559	R\$ 4,05	R\$ 607,50
55	Unid.	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 3 Polegadas (76mm); Comprimento Total (cabo+chapa+cerdas) de 235mm; Cerda Na Cor Preta, Comprimento de 48mm e Espessura de 14mm; Cabo de Plastico, Cerda Natural, Chapa de Fixacao Das Cerdas de Aco; Adesivo Epoxi; para Aplicar Tinta Oleo e Esmalte Sintetico;	100	6071082	250993	R\$ 7,30	R\$ 730,00
56	Lata 18 L	Tinta para Pisos e Pavimentos; a Base de Agua; Resistente a Abrasao e Intemperies; Acabamento Antiderrapante; para Pintura de Pavimento; Indicada para Aplicação Em Pavimento de Concreto e Cimentado; Na Cor Cinza Chumbo; Com Tempo de Secagem para Trafego de Pessoas Igual a 48 h e para Veiculos Igual a 72 H;	20	6132898	616860	R\$ 189,00	R\$ 3.780,00
57	Lata 18 L	Tinta para Pisos e Pavimentos; a Base de Resina Acrilica, Solvente Em Agua; Resistente a Abrasao e Intemperies; Acabamento Fosco, Com Rendimento Mínimo de 300 M2 Por Demao (embalagem de 18l); para Ambientes Internos e Externos; Indicada para Aplicação Em Pisos e Pavimentos; Na Cor Amarelo Ouro; Com Tempo de Secagem Ao Toque 2h, Entre Demãos 4h, para Tráfego de Pessoas 48h, e para Tráfego de Veículos 72h; Fornecida Em Embalagem Contendo Data de Fabricação, Data de Validade e Nome do Fabricante; Validade Mínima de 24 Meses a Partir do Recebimento; Conforme Norma Abnt/nbr 11702 Tipo 4.5.6;	10	5380049	628627	R\$ 270,00	R\$ 2.700,00
58	Unid.	Broxa para Pintura; de Fios Sinteticos de Polipropileno Reciclado; Com Cabo Polipropileno Reciclado Na Cor Preta; Medindo Aproximado de 160 x 60 Mm;	25	3472698	441736	R\$ 5,89	R\$ 147,25

							R\$ 227.516,13
--	--	--	--	--	--	--	----------------

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2.Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da lei 14.133, de 2021 e no Decreto nº 67.985, de 2023.

Subcontratação

1.6. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto do Plano de Contratações Anual de 2026, nos termos do decreto estadual 67.689/2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência,

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Consiste na Aquisição de materiais de consumo e construção para manutenção e para automação, destinados ao Complexo Penal de Marília.

3.2. A Aquisição será realizada por meio de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, a luz da Lei 14.133/2021 art. 28 inciso I.

3.3. As entregas serão realizadas de forma única com o prazo de **30 dias** após o recebimento da Nota de Empenho, para melhor atendimento das necessidades do Complexo Penal de Marília.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, conforme Catálogo de Compras Federal, devem ser atendidos o que dispõe a atual política de sustentabilidade atinente a produção, transporte e armazenamento dos itens, objeto desta licitação.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias contados da entrega da Nota de Empenho, em remessa única.
- 5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data solicitada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereços:

Unidades	Endereço completo para entrega
COMPLEXO PENAL DE MARÍLIA	Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, km 465, Parque Serra Dourada, na cidade de Marília/SP, CEP: 17.525-320 Barracão Automação

5.2.1. PARA O ITEM 44:

44 - Telha; de Aço Galvalume, Faces Externas Com 02 Telhas Com Espessura de 0,43mm; Tipo Termoacustica Sanduiche, Superior Trapezoidal, Inferior Plano, Nucleo de Poliuretano 30mm; Medindo Largura Útil de 1 Metro e Comprimento de 9 Metros; Acabamento Em Pintura Eletrostática Na Cor Branca em Ambas As Faces, Conforme Normas Nbr/abnt; - (153 metros convertidos em 17 telhas 1mx9m).

A entrega deste item 44, deverá ser realizada no seguinte endereço:

Unidades	Endereço completo para entrega
BASE DE ESCOLTA - SANTANA	Av. Zaki Narchi nº 1563 - Carandiru - São Paulo/SP CEP: 02029-001

5.2.1 Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.3.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins em empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 16, VI e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I e 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018 c/c Decreto estadual 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no **Banco do Brasil S/A**.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação do pagamento

7.23. O contrato não permite antecipação de pagamento

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8m que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2.110, de 17 de outubro de 2022 (arts. 15 a 17 e 146).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Outras comprovações

8.25 Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.25.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4 Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 227.516,13

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 227.516,13 (duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e dezesseis reais e treze centavos)**, conforme valores unitários e totais informados no item 1 deste Termo de Referência anexo no Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual n/ 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/ Unidade: 380125;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programas de trabalho: 14421381565790000 e 14421381561460000;

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.

10.3. Quanto a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercícios(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Despacho do responsável pela elaboração.

Encaminho Termo de Referência nº 18/2026 para aprovação.

Marília, na data da assinatura digital.

ITAMAR FLÁVIO ALVES DE ALMEIDA

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos

DESPACHO DA AUTORIDADE

APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA nº 18/2026, em conformidade com o disposto no inciso XXIII art. 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021, referente à aquisição de materiais de consumo e construção para manutenção e para automação, destinados ao Complexo Penal de Marília.

Marília, na data da assinatura digital.

DUMAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

Chefe de Departamento do Complexo Penal

11. Versão do Artefato

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Aquisição - Licitação

Versão atualizada em: 01/01/2026

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

ITAMAR FLAVIO ALVES DE ALMEIDA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:08:40.

DUMAS DE OLIVEIRA JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 15:04:09.

ESP-PENIT. DE MARILIA

Estudo Técnico Preliminar 14/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00184522/2026-33

2. Descrição da necessidade

Justifica-se a necessidade da aquisição dos materiais de construção para reparos, obras e modernização nos espaços internos e externos do Complexo Penal de Marília (Penitenciária "José Luiz Mansur", anexo semiaberto e Centro de Ressocialização de Marília).

Justifica-se ainda a necessidade na reposição dos materiais destinados aos trabalhos realizados pela equipe de Automação, atendendo a demanda com peças confeccionadas e instaladas nas Unidade Prisionais da região Noroeste do Estado de São Paulo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe de Núcleo de Infraestrutura e Logística	Osvaldo Martinez na Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação deverá observar entre outros, os requisitos elencados no Edital e Minuta de Contrato que integram o presente procedimento.

5. Levantamento de Mercado

Quanto à definição do método para estimativas de preços ou dos meios de previsão de preços referenciais, a pesquisa de preços foi realizada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo MANUAL DE PROCEDIMENTOS LICITAÇÕES E CONTRATOS por meio de valores da "mediana" de preços do painel de preços constantes no sítio eletrônico www.compras.gov.br, obedecendo aos critérios de levantamento delineados no artigo 3º, inciso I e §1º do Decreto Estadual nº 67.888/2023.

6. Descrição da solução como um todo

Consiste na aquisição de materiais específicos de automação para reposição do estoque de itens que serão confeccionados no barracão do Complexo Penal de Marília.

Juntamente com a demanda destinados a automação, será necessária a aquisição dos materiais de construção para reparos, obras e modernização nos espaços internos e externos do Complexo Penal de Marília (Penitenciária "José Luiz Mansur", anexo semiaberto e Centro de Ressocialização de Marília).

A aquisição será realizada por meio de Pregão Eletrônico, de natureza comum, do tipo menor preço, a luz da Lei 14.133 /2021.

A entrega será realizada de forma única, para melhor atendimento das necessidades do Setor de Automação do Complexo Penal de Marília localizado na Penitenciária "José Luiz Mansur".

Para o item 44: Telha; de Aco Galvalume, Faces Externas Com 02 Telhas Com Espessura de 0,43mm; Tipo Termoacustica Sanduiche, Superior Trapezoidal, Inferior Plano, Nucleo de Poliuretano 30mm; Medindo Largura Util de 1 Metro e Comprimento de 9 Metros; Acabamento Em Pintura Eletrostatica Na Cor Brancaem Ambas As Faces, Conforme Normas Nbr/abnt; entrega será realizada na BASE DE ESCOLTA - SANTANA - localizada na Av. Zaki Narchi 1.563 -Santana São Paulo.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 227.516,13

Os preços referenciais dos itens foram levantados a partir de pesquisa realizada por meio do Painel de Preços do Governo Federal (<https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/>), em atendimento ao Decreto Estadual 67.888 de 17/08/2023.

Em atendimento ao decreto supracitado, valor médio foi apurado com base nas pesquisas realizadas no Painel de Preços, tendo sido pesquisado pelo menos 3 (três) fornecedores para cada item, conforme relatório de pesquisa de preços.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. O quadro abaixo demonstra as quantidades e exigências necessárias ao atendimento da necessidade da aquisição.

Item	Forn	Descrição	Quant.	BEC	Compras	valor	TOTAL
01	Barra 12 metros	Aco para Armadura de Concreto Armado; Em Barra; Categoria Ca 50; Medindo 10 Mm; Nervurado; Barra de 12 m de Comprimento; Conforme Nbr 7480 e Com Certificacao Compulsoria Inmetro;	85	3298728	372603	R\$ 52,90	R\$ 4.496,50
02	Barra 12 metros	Aco para Armadura de Concreto Armado; Em Barras; Categoria Ca 50; Medindo 6,3 Mm; Nervurado; Conforme Nbr 7480, Compulsoriamente Certificado Por Laboratorio Acreditado Pelo Inmetro	25	2334402	236983	R\$ 24,15	R\$ 603,75
03	Litro	Aditivo para Argamassa; a Base de Resinas Naturais; Tipo Plastificante; para Argamassa de Cimento e Areia; Utilizada Em Assentamento e Revestimento de Alvenaria; para Aumento Da Aderencia, Coesao e Impermeabilidade, Controle Da Exsudacao e Fissuracao;	10	2441870	428225	R\$ 21,00	R\$ 210,00
04	Lata 5 L	Aguarras; a Base de Solventes Alifaticos e Aromaticos, Querosene; para Diluicao de Esmaltes Sinteticos e Vernizes; Densidade 0,75-0,80 G/cm3, Voc 773-777 G/l; Acondicionada Em Embalagem Que Assegure a Qualidade do Produto; Validade Minima 36 Meses; Conforme Conforme Norma de Classificacao Nbr 11.702 Tipo 4.7.7;	100	5475708	429924	R\$ 64,29	R\$ 6.429,00
05	Quilograma	Arame; Recozido, Torcido; Numero 18, Resistencia a Tracao 40 Kgf/mm2; Com Diametro de 1,25 Mm; Conforme Nbr 5589, Com Identificacao do Produto e Fornecedor, Fornecido Em Rolo;	30	5819873	452807	R\$ 15,00	R\$ 450,00
06	M³	Areia; Fina; Com Limite de Porcentagem de Mat. Nocivo Igual a 1,5%; C/limite de Porcentagem de Mat. Carbonosos Igual a 1%; C/limite de % de Mat. Pulverulentos Igual a 5%; a Areia Sera Fornecida C/nome do Produtor,vol.ap., Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio, Proveniente de Agua Doce;	15	314137	280968	R\$ 194,00	R\$ 2.910,00
		Areia Grossa; Composto de Areia Natural; 1,2mm(30 a 70%), 0,15mm(90 a 100%),; Com Módulo de Finura 1,99; Com Limite de % de Torrões de Argila 1,5%; Com Limite de Material Carbonático 0,5% (concreto Apar.) e 1%					

07	M³	(demais Concretos); Com Limite de Material Pulverulento Superficial de 3% e Demais Concretos de 5%; de Graos Minerais,duros,compactos,limpos e Duraveis; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio; Conforme Nbr 7211, 7217, 7218, 7219, 7389,;	15	158992	216955	R\$ 200,00	R\$ 3.000,00
08	Barra 12 metros	Aco para Armadura de Concreto Armado; Em Barra; Categoria Ca-50; Medindo 3/16" de Diametro; Dobrada; Conforme Nbr 7480;	45	5819814	236981	R\$ 18,79	R\$ 845,55
09	Par	Bota de Segurança; Com Cabedal Em Vaqueta Convencional; Tamanho 44; Cor Preta; Modelo Unisex; Sem Fechamento Mas Com Elastico Nas Laterais; Cano Curto; Solado Em Poliuretano Bidensidade; Solado Injetado Direto No Cabedal; Palmilha de Montagem Em Poliester Resinado; Palmilha Higienica Em Eva Antifunco e Antimicrobiana; Biqueira Em Plastica; Alma Da Bota Em Fibra Plastica; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345 e Certificado de Aprovacao do Ministerio do Trabalho;	20	4868846	373623	R\$ 76,00	R\$ 1.520,00
10	Par	Bota de Segurança; Com Cabedal Em Vaqueta Convencional; Tamanho 43; Cor Preta; Modelo Unisex; Sem Fechamento Mas Com Elastico Nas Laterais; Cano Curto; Solado Em Poliuretano Bidensidade; Solado Injetado Direto No Cabedal; Palmilha de Montagem Em Poliester Resinado; Palmilha Higienica Em Eva Antifunco e Antimicrobiana; Biqueira Em Plastica; Alma Da Bota Em Fibra Plastica; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345 e Certificado de Aprovacao do Ministerio do Trabalho;	20	4868838	373624	R\$ 56,90	R\$ 1.138,00
11	Unid.	Bloco Vazado de Concreto; Tipo Simples; Medindo (14x19x39)cm; Classe c (com Funcao Estrutural); para Uso Em Elementos de Alvenaria Acima do Nivel do Solo; Resistência a Compressao Mínima de 3,0mpa; Conforme Norma Nbr/abnt 6136;	3000	5323134	478212	R\$ 4,10	R\$ 12.300,00
12	Unid.	Broca para Concreto; Tipo Encaixe Sds ,corpo Em Aco Especial,ponta Em Metal Duro; de 12mm;	20	6341403	353425	R\$ 14,59	R\$ 291,80
13	Unid.	Cinturao de Seguranca; Confeccionado Em Poliester e Plastico; do Tipo Paraquedista, Multifuncional; Seguranca de Usuario Em Trabalhos Sujeitos a Quedas Com Diferenca de Nivel; Com Suspensorios Em Cadarco de Material Sintetico, Nao Inflamavel, Largura 45mm, Espessura 2mm; Almofadado Na Cintura e Nas Pernas Com Espuma Sintetica e Revestido Por Tecido Sintetico; Tamanho 1, (ajuste Cintura Entre 900mm e 1300mm, Ajuste Pernas Entre 500mm e 700mm); Com Certificacao Ministerio do Trabalho e Emprego; Devera Atender Plenamente a Norma Abnt / Nbr 15836;	8	6494781	430352	R\$ 194,98	R\$ 1.559,84
14	Unid.	Cotovelo para Tubulacao; Confeccionado Em Pvc Rigido; Na Cor Marrom; Diametro Nominal de 25mm, Angulacao de 90 Graus; Conexao Soldavel; Conforme Norma Nbr 5648;	200	5072948	346656	R\$ 1,00	R\$ 200,00
15	Unid.	Cotovelo para Tubulacao; Confeccionado Em Pvc Rigido; Na Cor Marrom; Diametro Nominal de 25mm, Angulacao de 45 Graus; Conexao Soldavel; Conforme Norma Nbr 5648;	100	5072956	242984	R\$ 1,08	R\$ 108,00
16	Unid.	Cotovelo para Tubulacao; de Pvc Rigido para Esgoto Predial; Na Cor Branca; Diametro Nominal de 100mm, Angulacao de 45 Graus; Soldavel; Fabricacao Conforme Nbr 5688;	50	5689570	389130	R\$ 7,96	R\$ 398,00
17	Unid.	Cotovelo para Tubulacao; de Pvc Rigido para Esgoto Predial; Na Cor Branca; Diametro Nominal de 100mm, Angulo de 90 Graus; Soldavel; Fabricacao Conforme Nbr 5688;	100	5689554	251565	R\$ 6,70	R\$ 670,00

18	Unid.	Disco de Corte; de Carbetto de Silicio; Diametro 9" (230 Mm); Furo Central 7/8" (22 Mm); Espessura 5/64 (1,9 Mm); Rpm 6600; Com 2 Telas de Fibra de Vidro; Utilizada para Corte de Metais Ferrosos e Aco Inox; Conforme Abnt-nbr 15230 e En 12413;	300	4448944	440590	R\$ 19,00	R\$ 5.700,00
19	Unid.	Rebolo; Tipo 27, Disco de Desbaste; Medindo 7" x 1/4" x 7/8"; Grao Abrasivo Oxido de Aluminio; Conforme Nbr 15230; para Desbaste de Metais Ferrosos; Com Validade de 1 Ano a Partir do Recebimento;	50	2641895	625254	R\$ 9,95	R\$ 497,50
20	Unid.	Disco para Lixadeira; Disco Flap Oxido de Aluminio P /aco Inox,aco Carbono e Aluminio, C/suporte Em Fiberglass; Medindo 7" (178 Mm) e Furo de 7/8" (22,23 Mm); Disco Plano (type 27 Flat); para Lixadeira Modeloangular , Disflex-1.159;	50	6472664	479438	R\$ 13,88	R\$ 694,00
21	Quilograma	Eletrodo de Solda; Composto de Carbono, Silicio e Manganes; Com Bitola de 3,25mm; Tipo Vareta, E-6013; para Soldagem e Ponteamento;	40	1755609	377784	R\$ 18,64	R\$ 745,60
22	Unid.	Fita Adesiva de Papelaria; Papel Rugoso, Crepe; Medindo (48 Mm x 50 M); Na Cor Branca; Resistente;	100	4421140	626828	R\$ 9,54	R\$ 954,00
23	Lata 18 L	Fundo Isolante para Pintura; a Base de Cromato de Zinco; para Ser Utilizado Em Materiais Ferrosos; Na Cor Cinza;	5	4937520	223465	R\$ 242,20	R\$ 1.211,00
24	Unid.	Lixa para Construcão Civil; de Ferro, Oxido de Aluminio; para Desbaste e Acabamento; Grao 150; Em Folhas; Medindo 225x275 Mm=(axl); para Preparacao para Pintura;	300	5708834	385147	R\$ 1,74	R\$ 522,00
25	Par	Luva de Seguranca; Em Couro (raspa); No Tamanho Medio; Na Cor Cinza; para Protecao de Usuario de Solda; Cano Longo; Com Punho do Mesmo Material Da Luva; Dorso Normal; Palma Lisa; Sem Forro; e Suas Condicoes Deverao Atender a Norma Nbr 13712/1996; Devera Ter Certificado de Aprovacao do Ministerio do Trabalho e Emprego;	200	1690566	322141	R\$ 11,40	R\$ 2.280,00
26	Par	Luva de Seguranca; Em Vaqueta (modelo Petroleira); No Tamanho Unico; Na Cor Cinza; para Protecao de Usuario de Servicos Gerais; Cano Curto; Com Punho de elastico; Dorso Normal; Palma Reforcada; Sem Forro; Com Tira de Reforco Entre o Polegar e o Indicador; Acabamento Com Costuras Reforcadas; e Suas Condicoes Deverao Atender a Norma Nbr 13712/96; Devera Ter Certificado de Aprovacao do Ministerio do Trabalho e Emprego;	150	3257207	468662	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
27	Unid.	Lampada Tubular Leds; Bulbo T8; Base G13; 1200mm de Comprimento; Potencia de 18 a 20w; Bivolt; Led Tipo Smd; Fluxo Luminoso Minimo de 1850lm; Temperatura de Cor 6000 a 6500k; Angulo de Feixe Da Luz de No Minimo 120 Graus; Fator de Potencia Maior Igual 0,92; Irc Minimo de 80; Vida Util Minima de 25000 Horas; Alimentacao Unilateral; Com Certificacao Compulsoria Inmetro;	75	5374413	468628	R\$ 7,48	R\$ 561,00
28	Unid.	Mascara de Protecao para Solda; Com Escurecimento Automatico; Aprovado Conforme Ansi Z-87,1, Registro Ca-mte; Lente Protetora Acrilica Resistente a Impactos e Removivel para Limpeza; Com 4 Lentes Sobressalentes; Cassete Plastico de Alta Resistencia a Prova de Fogo; Carneira Regulavel Horizontal e Vertical; Escurecimento No Estado Aberto Din 4; Escurecimento Fechado Din 9 a Din 13; Ajuste do Escurecimento Atraves de Potenciometro Externo; Ajuste de Sensibilidade Potenciometro Interno; Ajuste do Retardo Atraves de Potenciometro Interno; Tempo Clareamento 0,1 S;	20	3763226	613684	R\$ 109,30	R\$ 2.186,00

		Protecao Ultravioleta Infravermelho; Alimentacao Atraves de Celula Solar; Bateria Selada; Garantia Minima de 6 Meses;					
29	Lata 18 L	Massas e Complementos para Pintura de Edificacao; Massa Acrilica Na Cor Branca; Tipo Resina Acrilica; Base de Dispersao Aquosa de Copolimero Estireno-acrilico, Cargas Mineraias Inertes, Glicos; Indicada para Uniformizar, Nivelar e Corrigir Imperfeicoes Em Superfcies de Alvenaria Em Geral; Classificação Tipo 4.7.1; Conforme Nbr 11702; Validade Minima de 12 Meses a Partir Da Data de Entrega;	10	6033946	632916	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
30	Unid.	Oculos de Protecao; Destinado para Detinado para Serralheiro; Composto de Visor Em Peca Unica,modelo Ampla Visao; Com Armacao Em Policarbonato Incolor, lentes Em Policarbonato Incolor,com Sistema de Ventilacao Atraves de Valvulas; Com Protecao Lateral; Hastes Em Tirante de Elastico para Ajuste a Face; Lente Devera Ser Resistente a Impactos,particulas Flutuantes e Respingos Quimicos; Resistente a Ataques Quimicos, particulas Volateis,multidirecionais; Com Capacidade de Absorver No Minimo 99.9% de Radiacao Ultravioleta Uva e Uvb; o Oculos Devera Proporcionar Visao Panoramica e Periferica; Com Lente Na Cor Incolor; Cordao de Seguranca Na Cor Preta; Embalado Individualmente Em Embalagem Apropriada; Com Garantia Total de No Minimo 01 Ano; e Suas Condicoes Deverao Atender a Norma Ansi.z.87.1,csa.z.94.3;	300	1855549	634184	R\$ 15,25	R\$ 4.575,00
31	Unid.	Parafuso Com Rosca Soberba; de Tipo Auto Brocante de Aco Carbono, Acabamento Zincado Branco, Rosca Din 7970; Com Comprimento de 19mm; Cabeça Flangeada Phillips; Diametro 4,2mm;	1.000	5503701	632861	R\$ 0,35	R\$ 350,00
32	Unid.	Parafuso para Telhas; de Aco Baixo Carbono, Cementado e Temperado; Acabamento Ruspert; Auto-brocante; Cabeça Sextavada, Chave 5/16, Ponta Nº 4; Diametro de 5,5 Mm; Comprimento Util de 4" (101,60mm); Fornecido Com Arruela de Vedação Em Neoprene; para Telha Sanduiche;	800	6017398	480815	R\$ 1,12	R\$ 896,00
33	M³	Pedra Britada; Tipo Brita Nº 01, Com Espessura Entre 24mm e 19mm(3/4"); Forma Pontiaduda; Granulometria Passante 100% Pela Peneira Malha 25mm (1") e Retida Na Peneira Malha 12,5 Mm (1/2"); Através do Conjunto de Peneiras Da Série Intermediária; para Utilização Na Fabricação de Concreto; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio, Conforme Normas Abnt Nbr 7211 e Nbr Nm 248;	15	4400909	216957	R\$ 179,00	R\$ 2.685,00
34	Unid.	Porta-eletrodo; Com Corpo Em Liga de Bronze - Cabo Punho Em Poliamida Com Fiberglass - Isolantes e Alavancas Em; Termofixo Fenolico (atp) - C/ Isolamento de Mola - para 800 Amp. - Nas Dimensoes do Cabo 95 Mm2 E; Comprimento de No Minimo 265 Mm - Encaixe para 16 a 25 Mm2 - Boa Condutibilidade Eletrica E; Resistencia Mecanica - Anti-chama - Com Garantia e Acondicionado de Forma Apropriada;	10	2385295	610931	R\$ 73,85	R\$ 738,50
35	Cilindro 10 M³	Gas Especial; Composto Por 75% de Argonio e 25% de Dioxido de Carbono; Com Aspecto Inerte; Utilizado para Solda Mig; Com Pressao de ;Acondicionado Em Cilindro;	32	3090582	463964	R\$ 440,00	R\$ 14.080,00
36	Unid.	Rebolo; Tipo 27, Disco de Desbaste; Medindo 7" x 1/4" x 7/8"; Grao Abrasivo Oxido de Alumínio; Conforme Nbr 15230; para Desbaste de Metais Ferrosos; Com Validade de 1 Ano a Partir do Recebimento;	20	2641895	625254	R\$ 9,45	R\$ 189,00
37	Unid.	Rolo para Pintura; de La de Carneiro; Med. 10cm; Com Altura de 22mm; Com Cabo; Suporte de Aco Galvanizado; Cabo Revest. de Pvc;	50	5165156	288806	R\$ 7,20	R\$ 360,00

38	Unid.	Rolo para Pintura; de La Carneiro; Med. 23cm de Comprimento; Com Altura de 22mm; Com Cabo; Suporte de Aco Galvanizado; Cabo Revest. de Pvc;	150	6043259	397729	R\$ 13,91	R\$ 2.086,50
39	Unid.	Rolo para Pintura; de Espuma de Poliester; Med. 15cm; Com Altura de 42mm (diâmetro); Com Cabo e Suporte; Suporte de Aco Galvanizado, Com Cabo Anatomico; Cabo Revest. de Cabo Revestido de Pvc;	150	4884051	377301	R\$ 7,59	R\$ 1.138,50
40	Unid.	Rolo para Pintura; de Espuma de Poliéter Na Cor Branca; Med. 230 Mm (23cm) de Comprimento; Com Altura de 68 Mm; Com Suporte Com Cabo; Suporte de Aço Galvanizado; Cabo Revest. de Plástico, Rolo Indicado para Superfícies Lisas, Uso Com Tintas Látex e Acrílicas;	100	4234782	616921	R\$ 15,67	R\$ 1.567,00
41	Tubo 400 g	Selante; Pu4o Flexível; Composto de Polímero de Poliuretano, Aditivos e Cargas Minerais e Tixotrópico de Poliuretano; Na Cor Cinza Claro;	40	5889359	478792	R\$ 17,82	R\$ 712,80
42	Bobina 15 Kg	Solda; de Aco Carbono Revestida Em Cobre; Tipo Arame de 0,8mm; Apresentado Em Bobina; para Soldagem Mig /mag	30	2133946	621198	R\$ 250,50	R\$ 7.515,00
43	Unid.	Talabarte de Seguranca; Confeccionado Em Corda de Poliamida E/ou Poliester; do Tipo "y" Ou "v"; Medindo 110 Cm (com Tolerancia de +/-10%); Devera Possuir Absorvedor de Energia Integrado Comfitas Costuradas Em Zig-zag; Contendo Mosquetao Unidirecional Com Abertura Entre 5,5cm e 6,5cm; Com Trava Automatica Devendo Ser Acionada Por Umaunica Mao; Pesando No Maximo 1600 Gramas; Absorvedor de Energia Devera Ficar Protegido Por Bolsa Ou Capa Que Permite a Inspecao do Material; Devendo Atender a Norma En 354, En 355 e En 362; Com Garantia de No Minimo 12 Meses;	8	5296080	312070	R\$ 168,68	R\$ 1.349,44
44	Metro	Telha; de Aco Galvalume, Faces Externas Com 02 Telhas Com Espessura de 0,43mm; Tipo Termoacustica Sanduiche, Superior Trapezoidal, Inferior Plano, Nucleo de Poliuretano 30mm; Medindo Largura Util de 1 Metro e Comprimento de 9 Metros; Acabamento Em Pintura Eletrostatica Na Cor Brancaem Ambas As Faces, Conforme Normas Nbr/abnt;	153	5974674	402445	R\$ 159,80	R\$ 24.449,40
45	Lata 5 L	Thinner; Tipo Solvente Volatil Incolor, Limpido, Inflamavel; Composto de Hidrocarbonetos Aromaticos, Alcoois e Cetonas; Apresentado Na Forma Líquida, Isento de Solventes Clorados e Benzeno; Densidade 0,824 a 0,845 G/cm³ a 20°C, Odor Característico, Grau de Pureza Mínima 99,5%; para Diluição de Esmaltes Sintéticos Industriais,automotivos, Primers, Primers Sintéticos, Desengraxantes; Acondicionado Em Lata, Galão Ou Tambor	130	4438914	616042	R\$ 77,84	R\$ 10.119,20
46	Galão 3,6 L	Tinta Esmalte para Construção Civil; Sintetico; para Superfícies Internas e Externas; a Base de Resina Alquidica; Rendimento Mínimo de 70m²/demao, Viscosidade 74-79uk,voc 487,83g/l,peso Específico 0,910-1,110g/cm³; Na Cor Platina (pantone 427c); Acabamento Em Alto Brilho; Linha Premium; Conforme Nbr 11702 /15311/15314/15315;	100	3642178	233152	R\$ 91,15	R\$ 9.115,00
47	Galão 3,6 L	Tinta Esmalte para Construção Civil; Premium; para Ambiente Externo; a Base de Solvente e Pigmentos; para Madeiras e Metais; Na Cor Preto; Fosco; Redimento de Ate 75 M2 Por Demao; Conforme Conforme Normas Nbr /abnt e Legislação Vigentes;	150	5715687	274515	R\$ 95,00	R\$ 14.250,00
		Tinta Esmalte para Construção Civil; Sintetico, Desempenho Premium, Diluição Em Água, Sem Cheiro; para Uso Externo e Interno; a Base de Resina Acrilica Modificada, Pigmentos, Microbicidas Nao Metalicos, Outros Aditivos e Água; Rendimento Mínimo de 55m²					

48	Galão 3,6 L	/galao/demao,viscosidadeentre 75 a 85uk; Na Cor Marfim Notacao Ral 1014 (comercialmente Marfim 0668); Acabamento Brilhante, Secagem Rapida Ao Toque de Nomaximo 1 Hora,devendo Apresentar a Ficha Tecnica; e Ficha Fispq do Produto, Com Prazo de Validade Minimo 24 Meses a Partir do Recebimento; Conforme Conforme Norma de Classificacao Abnt Nbr 11702 Tipo 4.2.1.2 Ou Superior;	150	5017793	226205	R\$ 80,75	R\$ 12.112,50
49	Lata 18 L	Tinta Latex; Premium; a Base de Resina Acrilica, Coalescentes, Pigmentosativos, Cargas Inertes, Aditivos; Espessantes, Microbicidas Nao Metalicos, Outros Aditivos e Agua; a Base de Agua; Rendimento Mínimo de 300 M²/demão (embalagem 18l); Voc (compostos Organicos Volateis) de 6,40 G/l a 25 G/l; Isento de Metais Pesados; Acabamento Acetinado; Na Cor Marfim (notacao Ral 1015); para Para Ambientes Internos e Externos; Validade Mínima de 18 Meses Após o Recebimento; Conforme Conforme Normas Nbr/abnt e Legislaçao Vigentes;	110	4938844	369777	R\$ 199,00	R\$ 21.890,00
50	Lata 18 L	Tinta Latex; Premium; Resina Acrilica Modificada, Pigmentos Ativos e Inertes, Coalescentes, Espessantes; Diluível Em Agua; Rendimento de 380m²/demao (embalagem 18l); Voc (compostos Organicos Volateis) de 11,29 G/l; Isento de Metais Pesados; Acabamento Fosco; Na Cor Branco Neve; para Ambientes Externos e Internos; Validade Mínima de 18 Meses Após o Recebimento; Conforme Conforme Normas Abnt / Nbr e Legislação Vigentes;	110	5255775	320214	R\$ 140,00	R\$ 15.400,00
51	Lata 18 L	Tinta Latex; Nivel de Desempenho Premium; Composicao a Base de Resina Acrilica, Pigmentos Ativos, Cargas Minerais Inertes, Glicóis; Solvente a Base de Agua; Rendimento 380 M²/demao; Voc (compostos Organicos Volateis) de 2,0 G/l; Insenta de Metais Pesados Aditivos e Pigmentos Isentos de Metais Pesados; Acabamento Fosco; Na Cor Na Cor Concreto; para Para Ambientes Internos e Externos; Validade Mínima de 24 Meses a Partir Da Entrega; Conforme Norma de Especificacao Abnt Nbr 15079 e Norma de Classificacao Abnt Nbr 11702;	110	5287626	456383	R\$ 147,05	R\$ 16.175,50
52	Lata 18 L	Tinta para Pisos e Pavimentos; a Base de Dispersão Aquosade Copolímero Estireno,glicóis, Pigmentos; Cargas Minerias Inertes, Isenta de Metais Pesados, Rendimento de 350 M²/demão, Viscosidade 90 a 95ku; Acabamento Fosco, Antiderrapante, Resistente à Abrasão e Intempéries; para Para Pisos Cimentados, Pisos de Concreto, Repintura de Pisos; Indicada para Aplicação Em Area Externa e Interna; Na Cor Preta; Com Tempo de Secagem Ao Toque de 2h, Secagem Total 12h, Tráfego de Pessoas 48h, Tráfego de Veículos 72h; Validade Mínima de 24 Meses; Conforme Norma de Classificação Abnt Nbr 11702 Tipo 4.5.6;	10	6135870	457040	R\$ 151,00	R\$ 1.510,00
53	Unid.	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 1 Pol; Cerda Na Cor Branca; Cabo de Plastico Amarelo; para Aplicar Verniz e Stain;	150	6391214	250992	R\$ 2,37	R\$ 355,50
54	Unid.	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 2 Pol; Cerda Na Cor Branca; Cabo de Plastico Amarelo; para Aplicar Verniz e Stain;	150	6391265	467559	R\$ 4,05	R\$ 607,50
55	Unid.	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 3 Polegadas (76mm); Comprimento Total (cabo+chapa+cerdas) de 235mm; Cerda Na Cor Preta, Comprimento de 48mm e Espessura de 14mm; Cabo de Plastico, Cerda Natural, Chapa de Fixacao Das Cerdas de Aco; Adesivo Epoxi; para Aplicar Tinta Oleo e Esmalte Sintetico;	100	6071082	250993	R\$ 7,30	R\$ 730,00

56	Lata 18 L	Tinta para Pisos e Pavimentos; a Base de Agua; Resistente a Abrasao e Intemperies; Acabamento Antiderrapante; para Pintura de Pavimento; Indicada para Aplicação Em Pavimento de Concreto e Cimentado; Na Cor Cinza Chumbo; Com Tempo de Secagem para Trafego de Pessoas Igual a 48 h e para Veiculos Igual a 72 H;	20	6132898	616860	R\$ 189,00	R\$ 3.780,00
57	Lata 18 L	Tinta para Pisos e Pavimentos; a Base de Resina Acrilica, Solvente Em Agua; Resistente a Abrasao e Intemperies; Acabamento Fosco, Com Rendimento Mínimo de 300 M2 Por Demao (embalagem de 18l); para Ambientes Internos e Externos; Indicada para Aplicação Em Pisos e Pavimentos; Na Cor Amarelo Ouro; Com Tempo de Secagem Ao Toque 2h, Entre Demãos 4h, para Tráfego de Pessoas 48h, e para Tráfego de Veículos 72h; Fornecida Em Embalagem Contendo Data de Fabricação, Data de Validade e Nome do Fabricante; Validade Mínima de 24 Meses a Partir do Recebimento; Conforme Norma Abnt /nbr 11702 Tipo 4.5.6;	10	5380049	628627	R\$ 270,00	R\$ 2.700,00
58	Unid.	Broxa para Pintura; de Fios Sinteticos de Polipropileno Reciclado; Com Cabo Polipropileno Reciclado Na Cor Preta; Medindo Aproximado de 160 x 60 Mm;	25	3472698	441736	R\$ 5,89	R\$ 147,25
							R\$ 227.516,13

8.1.2. O objeto da contratação em apreço caracteriza-se aquisição comum, podendo ser definido com especificações reconhecidas no mercado.

8.1.3.O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

8.2. Justificativa da necessidade

8.2.1. A Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, em seu artigo 12, estipula que a assistência material aos sentenciados deve incluir o fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

A contratação em questão se faz necessária para o reabastecimento do estoque do almoxarifado para atender as necessidades em manter a higiene e limpeza, assim como o fornecimento dos kits aos sentenciados e ainda o suprimentos de materiais de escritório para manutenção das atividades do Complexo Penal de Marília. (Penitenciária "José Luiz Mansur", anexo semiaberto e cetro de Ressocialização de Marília).

Ressalto que o descumprimento dessa obrigação pode acarretar sérios transtornos para o Complexo Penal, causando perturbação na população carcerária e, consequentemente, problemas de segurança e disciplina imprevisíveis.

8.3. Estimativa de quantidade e valores

8.3.1. A estimativa das quantidades e valores da contratação está prevista no campo 1. Descrição sucinta do objeto, cujo valor estimado total é de **R\$ 227.516,13 (duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e dezesseis reais e treze centavos)**.

8.4. Vinculação ou dependência com outro DFD

8.4.1. A execução deste DFD tem dependência prévia com execução de outro DFD/PCA - 25/2025.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto não será parcelado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a aquisição dos materiais deste processo por não necessitarem de outros itens para seu funcionamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação depende do alinhamento com o Plano de Contratação Anual (PCA), instrumento de planejamento estratégico que visa organizar e programar as contratações de bens, serviços, obras, previsto na Lei 14.133/2021 e o Decreto nº 10.947/2022 que regulamenta a elaboração e a divulgação do PCA.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a referida licitação, objetiva-se proporcionar os recursos materiais necessários para manter o estoque destinados a Automação e atender a demanda dos trabalhos realizados pela equipe de manutenção do Complexo Penal de Marília, com necessidades em reformas e melhorias nas áreas internas e externas do Complexo Penal.

13. Providências a serem Adotadas

Para a referida contratação, as providências a serem adotadas são a disponibilização de um espaço no depósito do barracão da Automa para o armazenamento e estoque dos materiais adquiridos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição dos itens de materiais observará a descrição detalhada do catálogo de compras Federal, sendo que deverão atender as normas legais vigentes atinentes aos itens e suas especificações, tanto em sua produção, transporte e armazenamento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A demanda é de extrema necessidade para a realização dos trabalhos realizados para a manutenção do Complexo Penal de Marília.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSIANE NUNES BELUSI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 10:43:08.

ITAMAR FLAVIO ALVES DE ALMEIDA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 13:54:36.



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO – 2026NE00xxx

UG	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO				
Data de Emissão	__/__/__				
CNPJ/CPF/UG	XXXXXXXXXX-XX				
Credor	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Endereço	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Cidade	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	UF	XX	CEP	XXXXX-XXX
Origem Material	1				

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	38004	XXXXXXX	150010001	33903xxxx	380013	XXXXXX	XXXX

No Processo	XXXXXXXXXXXX	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI FED. Nº 10.520		
Licitação	07 - PREGAO	Modalidade	3 - ESTIMATIVO		
Empenho Orig.		Nº Contrato	2024CT0000x	Nº OC	
Valor do Empenho R\$	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

Cronograma											
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	Mês	Valor								
Mês	Valor										

Sequência	001	Item	XXXXXXXX	Unid. Forn.	XXXXXXXX
Quan8dade	XXX	Valor Unitário	XX,XX	Preço Total	XX,XXX



ANEXO IV

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA
(em timbre da empresa)**

PROCESSO SEI Nº 006.XXXXXXXXXX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900XXX/2026-PMAR

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ____/____/2026

OBJETO: Aquisição de para o
Complexo Penal de Marília.

ITEM	MATERIAL	MARCA	FABRICANTE	UNID. FORN.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01						
02						
03						
04						

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias;
- A planilha de proposta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, endereço, contato telefônico e com assinatura do representante.



ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(Papel timbrado da Empresa)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 900XX/2026, Processo nº 006.XXXXXXXXXX**, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)